

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA NAS ELEIÇÕES DE CURITIBA EM 2012

FEMALE POLITICAL PARTICIPATION WITHIN THE 2012 CURITIBA ELECTIONS

Karla Gobo

Doutoranda em Sociologia pela UNICAMP, Mestre em Ciência Política pela USP, Graduada em Ciências Sociais pela UFPR. Atualmente é Coordenadora dos Cursos de Ciência Política e Relações Internacionais do Centro Universitário Internacional Uninter. Coordenadora do grupo de pesquisa Noblesse D'état – UNINTER. E-mail: karlagobbo@gmail.com

Hellen Maciel

Graduada em Ciência Política pelo Centro Internacional Uninter. E-mail: hellen.maciels@gmail.com

INTRODUÇÃO

Atualmente é possível identificar uma literatura cada vez mais dedicada às questões de gênero. Mesmo sendo um tema de relevância e com a crescente participação das mulheres no campo político, social, cultural, ainda há muito que ser explorado.

A população feminina brasileira corresponde a 51,03 % do total (CENSO, 2010), no âmbito mundial elas são aproximadamente 50 milhões a mais na população total. Embora sejam a maioria, elas não desfrutam das mesmas condições econômicas, sociais e políticas que os homens, mesmo que a passos curtos elas venham alcançando visibilidade.

O propósito deste artigo é discutir a mulher na política, analisando o caso das eleições de 2012 no município de Curitiba. Pode-se afirmar que se comparado aos outros países a disparidade de gênero da mulher na política no Brasil é ainda maior, o Brasil ocupa o 110º lugar em paridade política de gênero, sendo Ruanda (56,3%), Andorra (50%), Cuba (45,2%) e Suécia (44,7%) os países a ocuparem as primeiras colocações no ranking (WEF, 2013).

Segundo uma pesquisa feita pelo IBOPE e Instituto Patrícia Galvão (2013), 74% da população brasileira acredita que só haverá democracia plena quando houver maior número de mulheres nos espaços políticos e de tomada de decisão. É

interessante notar que na maioria das vezes as mulheres são coadjuvantes de suas próprias pautas. No parlamento elas representam 9%, o que se pode considerar que as políticas voltadas ao feminino são discutidas por pessoas que não fazem parte ou que sofrem sobre as consequências daquilo que está sendo debatido.

A ascensão feminina vem ocorrendo. Para colaborar foram criadas ações afirmativas que visam maior aceitação dentro do ambiente político. A Lei das Eleições¹, que visa cotas de gênero, é uma política que procura minorar a desigualdade existente. Esta destina 30 % das cadeiras das Câmaras Municipais e Estaduais para cada gênero, contudo o crescimento não é animador no Brasil. De acordo com o CORREIO BRASILIENSE (2013), após eleita a primeira Presidente da República mulher no país, Dilma Rousseff adotou uma política mais inclusiva aumentando o escalão do poder, porém nada muito significativo.

Atualmente as Câmaras Municipais são compostas por apenas 12% de vereadoras mulheres. Posto isto, tendo como base o histórico de participação política feminina brasileira, o objetivo da pesquisa é tentar identificar quais as variáveis que explicam o sucesso eleitoral da mulher na política em Curitiba, sendo as eleições para vereador de Curitiba em 2012 como análise de caso específico. Desta forma, acredita-se que seja possível identificar os fatores que “qualificam” as mulheres aos cargos de vereador de Curitiba, visto que o município não possui um histórico relevante de participação feminina no poder. Até o momento Curitiba tem uma média de 5 % de candidaturas femininas nas últimas seis eleições.

A literatura acerca da participação feminina na política aponta variáveis distintas para sua participação na vida política, a tabela abaixo resume o argumento dos principais autores. Em resumo: Para analisar o por quê da baixa concentração de mulheres na política, as três constatações da literatura corrente, são: 1) uma da Lúcia Avelar (1989; 1996) que aponta como principais fatores do afastamento político feminino a baixa ou falta de renda e escolaridade das mulheres; 2) Os autores Luiz Felipe Miguel e Cristina Monteiro de Queiroz (2006) que apontam que em regiões de

¹ A Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97) completou 16 anos em 2013 e estabelece normas eleitorais. Esta, no âmbito geral, destina o mínimo de 30% e máximo 70% das vagas dos partidos políticos e coligações para cada sexo, abrangendo os cargos de Presidente da República e vice, Governador e vice, senador, deputado federal, deputado estadual, prefeitos e vices e vereadores. Assim trazendo estabilidade ao processo eleitoral.

baixos índices sociais a proporção de mulheres eleitas é maior, levando em conta o IDH e o PIB das cinco regiões brasileiras; 3) e a influência de sistemas políticos e partidos exercem nessa participação, de Clara Araújo (2013).

Tabelas 2 – Variáveis para candidatura de mulheres

AUTOR/A	VARIÁVEL
Lúcia Avelar	Nível educacional e renda alta.
Luís Felipe Miguel; Cristina Monteiro de Queiroz	Baixo desenvolvimento regional; hiperqualificação; clientelismo.
Clara Araújo	Influência de sistema político e apoio partidário.

Esses autores expõem argumentos que podem nos fazer entender o baixo número de mulheres que entram na política e o quase insignificante número de mulheres com sucesso eleitoral.

A análise desse caso se faz necessária uma vez que a cidade possui destaque no cenário nacional e internacional², pela sua estrutura turística, econômica, de mobilidade urbana, cultural, entre outras. No entanto, historicamente Curitiba não tem muitas mulheres fazendo parte da política, a média é baixa assim como no restante do país, sendo que os dados de 2011 apontam que Curitiba tem o 4º maior PIB do Brasil, ficando atrás somente de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Não parece portanto haver correlação entre desenvolvimento econômico e participação feminina na política, como aponta Miguel e Queiroz, na capital paranaense. Em outras palavras, o alto desenvolvimento econômico não se traduz em maior participação da mulher na política.

Para tanto, pretende-se apresentar as variáveis centrais da relação entre mulher e política, posteriormente será apresentada e analisada as entrevistas feitas

² Em 2010 Curitiba ganhou o prêmio de cidade mais sustentável do mundo, *Globe Award Sustainable City 2010*, e também o *Sustainable Transport Award*, que premia os melhores projetos de transporte público. No mesmo ano recebeu o prêmio de *World Design Capital* – Capital Mundial de Design (WDC) pelo seu Plano Diretor. Entre os países da América Latina, Curitiba foi a única a ser premiada na RIO+20 (2012) com o prêmio *Global Green City Award* (Cidade Verde) concedido pelo Fórum Global sobre Assentamentos Urbanos – GFHS.

Curitiba é a 8ª cidade mais populosa do país e a maior dos estados do Sul, fundada em 1693, hoje é uma das melhores cidades para se viver – IDH municipal: 0,823, 10º lugar no ranking dos municípios, e 6ª capital mais violenta do país, de acordo com o Mapa da Violência 2013.

com as candidatas eleitas e não eleitas da eleição para o cargo de vereador em 2012. Essas entrevistas serão tipificadas e separadas de acordo com o partido político e inserção política. E por fim analisar as variáveis e tentando identificar quais são as variáveis que explicam a baixa participação e sucesso eleitoral no pleito de 2012.

Entendendo o processo da participação das mulheres na política curitibana no período democrático.

Segundo uma pesquisa feita pelo IBOPE e Instituto Patrícia Galvão (2013), 74% da população brasileira acredita que só haverá democracia plena quando houver maior número de mulheres nos espaços políticos e de tomada de decisão. Então, como identificamos a inclusão, ou não, de mulheres na política?

A tabela abaixo é possível observar o aumento de eleitas nas Câmaras Municipais entre os anos de 1992 e 1996, esse último se deu pela aplicação da Lei das Eleições, porém não notamos um aumento significativo entre 1996 e 2012, representando aumento de apenas 2,2% pontos percentuais. O que deveria ter acontecido o contrário, pois nesse ano já havia sido eleita uma mulher para mais alto escalão de poder do país se considerar que aí a mulher já teria atingido seu auge no espaço político.

Tabela 1 – Número e percentual de mulheres eleitas para as Câmaras Municipais do Brasil – 1992 a 2012.

Ano	Número de Vereadoras Eleitas	Percentagem de mulheres eleitas
1992	3.952	7,4
1996	6.536	11,1
2000	7.001	11,6
2004	6.555	12,7
2008	6.504	12,5
2012	7.648	13,3

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Em 20 anos, 6 pleitos, tivemos um aumento de quase 6% de mulheres eleitas vereadoras no Brasil, um número nada significativo. Vimos até agora que o Brasil

caminha a passos lentos ao encontro da paridade de gênero na política, questão esta que só será plena quando houver respeito pelas políticas afirmativas, aceitação e abertura de espaço para as mulheres na política. Essas mulheres que hoje atuam politicamente percorrem um caminho cheio de nuances dentro da política, Leis ainda são necessárias para se fazer valer o direito na questão que envolve política e gênero.

Nas eleições para vereador em 1992 o número de candidatos era de 869 destes 90 eram mulheres (aproximadamente 10,5%) e o número de vagas era 33. O país passava pelo impeachment de Collor e as eleições para prefeito de Curitiba indicavam continuidade de governo com o candidato eleito Rafael Greca (REHBEIN, 2008). Dessas 90 candidaturas femininas, apenas duas foram eleitas – Nely Almeida (PSDB) e Rosa Chiamulera (PDT), Rosa era do mesmo partido que o prefeito eleito.

Nas eleições de 1996 o Brasil contava com um novo Presidente eleito em 1994, Fernando Henrique Cardoso, que significava um período de estabilidade e novos rumos econômicos. O Prefeito de Curitiba eleito nesse pleito foi Cássio Taniguchi (PDT) que também indicava continuidade na administração da cidade (REHBEIN, 2008). Das 35 vagas 2 foram ocupadas por mulheres – Julieta Reis (PFL) e Nely Almeida (PSDB), sendo Julieta do partido coligado do então Prefeito.

Em 2000 o país passava pelo segundo ano do segundo mandato de FHC e no mesmo ano foi possível, por meio de Emenda Institucional número 16 votada pelo Congresso Nacional e promulgada em 4 de junho de 1997, um candidato poderia reeleger-se para uma eleição subsequente. Nesse período o Partido dos Trabalhadores começou a destacar-se nacionalmente proporcionando real possibilidade de competição entre situação e oposição (REHBEIN, 2008). Eram 620 candidaturas, destas 121 (19,5%) mulheres sendo eleitas 3, uma delas representando o PT – Arlete Carames (PPB), Julieta Reis (PFL) e Clair da Flora Martins (PT), Julieta Reis e Arlete Carames eram da base de coligação do Prefeito Cássio Taniguchi.

O período eleitoral do ano de 2004 estava sob o clima de mudança. Há quase 20 anos o Partido dos Trabalhadores disputava pelo cargo presidencial e finalmente em 2002 conseguiram eleger um dos seus, Lula. Havia 571 candidatos a vereador, 119 mulheres (21%) e tendo o número de cadeiras aumentado as mulheres ocuparam 5 destas – Julieta Reis (PFL), Nely Almeida (PSDB), Roseli Isidoro (PT), Josete Silva (PT)

e Maria de Lourdes (PSB), aumento significativo e representação do pluripartidarismo na Câmara (REHBEIN, 2008).

Em 2006 o Brasil contou com a reeleição de Lula, representando forte apoio popular ao Presidente. Em 2008 em Curitiba Beto Richa foi reeleito logo no primeiro turno demonstrando satisfação e apoio à continuidade de governo. Neste mesmo ano as eleições proporcionais para vereador tiveram Curitiba entre as 5 capitais que mais elegeram mulheres (CFEMEA, 2012), com 6 eleitas das 176 candidatas de um total de 797 (representando 22%) – Mara Lima (PSDB), D. Maria de Lourdes (PSB), Julieta Reis (DEM), Renata Bueno (PPS), Professora Josete (PT) e Noêmia Rocha (PMDB). Nas tabelas abaixo tem-se as vereadoras eleitas e reeleitas durante este período.

Tabela 2 – Vereadoras eleitas em Curitiba – 1992 - 2012

	Candidatas	Partido
1992	Nely Almeida	PSDB
	Rosa Chiamullera	PDT
1996	Julieta Reis	PFL
	Nely Almeida	PSDB
2000	Arlete Carames	PPB
	Julieta Reis	PFL
	Clair da Flora Martins	PT
2004	Julieta Reis	PFL
	Nely Almeida	PSDB
	Roseli Isidoro	PT
	Profª Josete	PT
	D. Lourdes	PSB
2008	Mara Lima	PSDB
	D. Lourdes	PSB
	Julieta Reis	DEM (ex PFL)
	Renata Bueno	PPS
	Profª Josete	PT
	Noêmia Rocha	PMDB
2012	Carla Pimentel	PSC
	D. Lourdes	PSB
	Profª Josete	PT
	Noêmia Rocha	PMDB
	Julieta Reis	DEM

Fonte: Rehbein, 2008: abril / 2014; TSE: novembro / 2013.

Tabela 3 – Vereadoras reeleitas em Curitiba – 1992 a 2012

Candidatas	Eleições
Nely Almeida	1992 / 1996 / 2004
Julieta Reis	1996 / 2000 / 2004 / 2008 / 2012
Profª Josete	2004 / 2008 / 2012
D. Lourdes	2004 / 2008 / 2012
Noêmia Rocha	2008 / 2012

Fonte: Rehbein, 2008: abril / 2014; TSE: novembro / 2013.

Desde 1992 tivemos 11 mulheres vereadoras na cidade de Curitiba, e dentre elas 5 conseguiram se reeleger em média 3 vezes, sem contar ainda o caso da vereadora Nely Almeida, que exerceu o cargo até 2012, ano de seu falecimento, por ser suplente da vereadora Mara Lima que deixou o cargo para se candidatar a deputada estadual. Todas as candidatas que tentaram a reeleição, somente a vereadora Renata Bueno não conseguiu se reeleger, desta forma pode-se afirmar que a dificuldade está em conseguir se eleger, uma vez eleita ela consegue se manter por, em média, 3 candidaturas.

De todas as candidatas acima citadas, os fatores escolaridade e hiperqualificação aparecem. Com exceção da Vereadora D. Lourdes, todas possuem ensino superior completo enquanto ocupavam o cargo. Corroborando com a teoria de Avelar (1996) que afirma que mulheres com acesso a escolarização tem maiores chances de se inserirem no campo político.

Mulher na política em Curitiba

Nas eleições de 2012 havia 134.144 mulheres aptas a disputar o cargo de vereador em todo Brasil, representando 31,8% dos candidatos no total. Esse número aumenta de um pleito para outro, porém nada que seja absolutamente significativo. Apesar da lei que exige que 30% das candidaturas de cada partido seja composta por mulheres, apenas 5,7% se elegeram.

Tabela 4: Número de candidatos aptos e eleitos

	Candidatos aptos (Brasil)	Candidatos aptos (Curitiba)	Candidatos eleitos (Brasil)	Candidatos Eleitos (Curitiba)
Mulheres	134.144	198	7.653	5
Homens		701		
Total		899		

O número de cadeiras disponíveis são 38, 5 delas são ocupadas por mulheres na CMC. Nacionalmente levando em consideração que alguns estados possuem mais e outros menos cadeiras, Curitiba está dentro da média entre todas as capitais. Exceto por Palmas (TO) que das 19 vagas e de Florianópolis (SC) das 23 disponíveis nenhuma delas é ocupada por uma mulher nessa última eleição de 2012 (TSE, 2012).

Tabela 5 - Número de candidatas a vereador por partido político em Curitiba – 2012

Partido e coligação	Números de candidatos masculinos	Número de candidatos femininos	Número de eleitas	% de mulheres por partido
PSC e PT do B	55	22	1	29%
PDT / PT e PV	51	23	1	30,2%
PMDB	37	8	1	19,5%
PP	35	12	-	25,5%
PPL	1	1	-	50%
PPS	38	15	-	28,8%
PR e PC do B	36	8	-	18%
PRB / DEM / PHS / PMN / PSB / PSDB / PSD	52	23	2	30,6%
PRP	40	13	-	25,4%
PSDC	39	16	-	29%
PSOL	8	4	-	33,3%
PSTU	-	1	-	100%
PTB		13	-	25%
PTN e PTC	47	17	-	26,5%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE / maio:2014.

Como se pode notar, dos 14 partidos ou coligações apenas 5 cumpriram a lei que estabelece o mínimo de 30% de mulheres candidatas. As eleições para o cargo de vereador de Curitiba em 2012 contavam com 198 mulheres na disputa de um total de 701 candidatos aptos, representavam 22%, abaixo portanto dos 30% previstos pela lei. Havendo uma ação afirmativa que obriga o mínimo de 30% de candidaturas para ambos os sexos, observa-se que a maioria dos partidos não vem respeitando essa lei,

desta forma isso se reflete também quando olhamos para o cenário de eleitos, os únicos partidos que merecem destaque nessa eleição são: a coligação PDT, PT e PV com 30,2%; PRB, DEM, PHS, PMN, PSB, PSDB, PSB com 30,6%; PSOL com 33,3% e o PPL com 50% - o PSTU tinha apenas um candidato disputando, e era uma mulher, os demais permanecem na linha da média para menos.

Tabela 6 – Número de candidatas divididas por grau de instrução – Curitiba 2012

Grau de Instrução	Quantidade	%	Candidatas Eleitas e grau de instrução
Lê e escreve	7	21,87	-
Ens. Fundamental (incompleto e completo)	16	54,61	D. Lourdes
Ens. Médio (incompleto e completo)	64	40,45	-
Ens. Superior (incompleto e completo)	106	54,39	Carla Pimentel Julieta Reis Noemia Rocha Professora Josete

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE: outubro / 2013

Das candidatas entrevistadas não eleitas notamos que apenas uma não possui ensino superior completo. Desta forma fica evidente essa facilidade de acesso político para as que têm maior grau de escolarização. E como se vê na tabela abaixo, a escolaridade é um dado importante para a mulher que pretende entrar na vida política, já que de 11 candidatas que não foram eleitas, apenas 1 não possui este grau de escolaridade e outra consta como incompleto.

Tabela 7 - Candidatas não eleitas / grau de instrução

Candidata	Grau de instrução
Ana Carmen de Oliveira	Superior completo
Ana Tereza Motta	Superior completo
Divina Ortiliano	Ensino médio completo
Elaine Esmanhoto Bareta	Superior completo
Irene Almeida	Superior completo
Juçara Moro	Superior incompleto
Juliana Souza	Superior completo
Katia Pacheco	Superior completo
Maria de Fatima Saddock Pereira	Superior completo
Maria Goretti	Superior completo
Maria Leticia Fagundes	Superior completo

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE: junho/2014.

Concordando com Avelar (1996) conseguimos observar que sim, as mulheres com maior grau de instrução/escolarização têm maior abertura e interesse pelo campo político. E como o número de mulheres com ensino superior é alto, isso se reflete também nas candidatas eleitas. Em resumo, nos dados até agora apresentados, vemos que o fator de escolarização é sim uma das determinantes da entrada de mulheres na política. De acordo com Avelar (1996) essa determinante traz junto o fator renda, é possível que essas variáveis expliquem o sucesso eleitoral das mulheres vereadoras em Curitiba, visto que elas são maioria no número de candidatas e eleitas com ensino superior (completo e incompleto).

Como já foi evidenciado, o fator de baixos índices de desenvolvimento humano dos autores Miguel e Queiroz (2007) não se aplica ao caso curitibano, já que devemos levar em conta também que Curitiba é considerada uma das capitais mais desenvolvidas do país, com índices de escolaridade muito altos se comparado aos Estados do Norte e Nordeste, talvez por esta razão o número de mulheres candidatas com ensino médio e superior completos seja maior no município.

Quanto à renda das candidatas, notamos com base nos gastos declarados de campanha que esse fator não é uma determinante, já que temos candidatas eleitas que gastaram mais de 100 mil e menos de 10 mil igualmente eleitas. Se considerarmos as receitas verificamos que os valores investidos não garantem a eleição da candidata. Não me parece que a tese de Avelar (1996) se aplica neste caso.

Tabela 8 – Gastos declarados de campanha das candidatas eleitas e das não eleitas entrevistadas.

Candidatas	Gastos declarados de campanha* (R\$)
Profª Josete	160.308,81
Julieta Reis	157.738,60
Maria Goretti	133.287,01
Maria Leticia Fagundes	55.313,85
Elaine Esmanhoto Bareta	28.953,73
D. Lourdes	20.203,73
Ana Tereza Motta	18.090,00
Katia Pacheco	16.915,05
Divina Ortiliano	15.339,00
Juliana Souza	10.996,04
Irene Almeida	9.496,35
Carla Pimentel	9.100,00

Maria de Fatima Saddock Pereira	8.104,85
Noemia Rocha	7.994,00
Juçara Moro	7.183,85
Ana Carmen de Oliveira	1.700,00

*Os valores de receita e receita apresentados na estatística de prestação de contas das eleições 2012 são aqueles declarados por candidatos, comitês financeiros e partidos políticos e que possuam movimentação financeira.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE: junho/2014.

Inserção das candidatas na política.

A partir dos dados levantados julgou-se importante fazer entrevista com algumas candidatas. Foram entrevistadas todas as vereadoras eleitas e dentre as não eleitas 11 foram entrevistadas. A primeira questão versaria sobre o início da relação da candidata com a vida política. O fator ideológico foi identificado por 3 das não eleitas; 3 das eleitas afirmam que a motivação veio de seus trabalhos sociais e duas de sindicatos ou associações de classe, se observamos a tabela acima, que diz respeito aos gastos de campanha, observamos que essas últimas ocupam o topo da lista em gasto eleitoral, enquanto o que parece determinante para as demais foi justamente seus trabalhos sociais. Trabalhos sociais parecem ser um ótimo capital político para mulheres que tem interesse na vida pública, já que dentre 4 mulheres candidatas com este perfil, apenas uma não foi eleita. Apenas uma relatou que a relação de parentesco foi um motivador para sua entrada na vida política. Das cinco candidatas que mais investiram em suas campanhas 2 foram eleitas, o que demonstra que essa relação também pode ser eficiente, mas não determinante.

Tabela 9 – Inserção na política das candidatas entrevistadas

Candidata	Partido	Motivação/Inserção
Eleitas		
Carla Pimentel	PSC	Missionária na Bélgica e depois na África.
D. Lourdes	PSB	Trabalhos sociais no bairro.
Professora Josete	PT	Sindicato dos professores.
Julieta Reis	DEM	Associação dos artesãos.
Noemia Rocha	PMDB	Atuação em trabalhos sociais com viúvas e recuperação de usuários de drogas.
Não eleitas		
Ana Carmen de Oliveira	PSC	Ideológico.

Ana Tereza Motta "Tete"	PSC	Parentesco.
Divina Ortiliano	PV	Ideológico.
Elaine Esmanhoto Bareta	PPS	Contato com sindicato dos professores.
Irene Almeida	PDT	Ideológico.
Juliana Souza	PT	Sindicato – CUT.
Juçara Moro	PDT	
Katia Pacheco	PV	Ideológico.
Maria de Fatima Saddock Pereira	PV	Trabalhos sociais com pacientes com transtornos mentais
Maria Goretti	PSDB	Movimento estudantil.
Maria Leticia Fagundes	PV	Movimento estudantil e Associação dos Médicos do Paraná.

A comprovação de que a participação em movimentos ou trabalhos sociais são um importante capital político veio a seguir. Procurava-se identificar se elas participam de algum movimento e somente cinco alegaram não ter contatos com movimentos sociais, as demais se identificavam participantes de algum movimento social, a saber: dos sem-terra, LGBT, de mulheres, feministas, igreja e assistência social.

As outras questões entravam para o campo específico, nas quais foram perguntados sobre os partidos políticos desde a visão do partido para as candidatas e vice-versa, tratamento por ser vereadora até a opinião sobre as ações afirmativas destinadas ao gênero.

Quando questionado sobre a influência dos partidos e se os votos estavam vinculados à imagem dos candidatos as respostas foram quase unânimes, a maioria concordava que o voto é dado ao candidato, mas que em alguns casos os partidos podem influenciar na decisão do voto de maneira positiva ou negativa. A Vereadora Josete foi a única que se manifestou positivamente ao partido, alegando que para sua legenda, PT, em muitas eleições há um número significativo de votos levando a considerar que a imagem do candidato não conte muito. Para a Vereadora Julieta Reis, "O voto hoje é pessoal independentemente do Partido, porque a maioria dos partidos perdeu sua identidade ideológica", corroborando com a vereadora, porém apontando um outro viés a questão partidária a candidata Elaine Bareta diz, "...o

Partido influencia apenas porque investe mais em alguns candidatos do que outros e a visibilidade é fundamental na política”.

Esse ponto pareceu interessante para verificar se as candidatas possuem a noção do peso do partido numa eleição, visto que como apontou a candidata Juliana Souza, muitos disseram que não votaria nela por causa do partido, no caso o PT, e a candidata Juçara Mûro que alguns alegaram não votar nela por causa da coligação do PDT com o PT. No sistema proporcional os vereadores são eleitos pela lista fechada, na qual os partidos escolhem quais candidatas poderão ser eleitos se não atingirem o quociente eleitoral³. A Vereadora Carla Pimentel foi a única que comentou brevemente sobre essa questão, “Acredito que o voto esteja ligado à imagem do candidato. O partido fala muito, mas ainda o povo vota na pessoa mesmo que o mandato seja do partido, embora a maioria das pessoas não saibam disso”.

Ainda nessa mesma linha sobre as questões dos partidos, quanto à representação e tratamento por ser mulher dentro do Partido, muitas concordaram que existe diferenciação. De acordo com a Vereadora Noemia Rocha faltam estímulo e investimento financeiro para as mulheres, já para a candidata Ana Carmen no ambiente político partidário ainda predomina o machismo e as mulheres são vistas como números para completar cotas. Em contrapartida, para a Vereadora D. Lourdes não há distinções dentro do partido do qual ela faz parte - PSB, de acordo com ela, “Muitas mulheres são incentivadas a virem para a militância e se candidatarem a cargos eletivos”.

Saindo dessa linha partidária as perguntas passaram a questionar sobre a condição de ser mulher/vereadora. Para a Vereadora Julieta Reis, Vereadora D. Lourdes, Vereadora Noemia Rocha e candidatas Ana Tereza, Elaine Bareta, Divina Orilliano, Irene Almeida, Katia Pacheco, Ana Carmen e Maria Saddock, elas não veem tantas distinções por ser mulher, muito menos para as vereadoras que não enfrentaram situações discriminatórias no parlamento. Para as vereadoras acima citadas, as mulheres precisam de competência e dedicação para debater de forma igual com os vereadores.

³ Método pelo qual as cadeiras são distribuídas nas eleições proporcionais (vereador, deputado estadual e federal). Os votos válidos são divididos pelo número de vagas para identificar quantos votos um candidato precisa ter para se eleger, depois é feito o *quociente partidário* para que o partido político saiba quantas cadeiras serão destinadas a ele – Tribunal Regional Eleitoral – TRE/Pr.

No entanto, as vereadoras Carla Pimentel e Professora Josete discordam dessas opiniões. Inclusive Carla Pimentel diz ter sofrido ameaças por parte de outros vereadores dentro da Câmara justamente por ser mulher, “inclusive ameaças de agressão física”.

Para a Vereadora Josete:

Certamente. O espaço político ainda é muito masculino, a maioria dos vereadores não aceitam o fato de uma mulher ocupar este espaço e debater em pé de igualdade com os homens. As mulheres que têm um comportamento submisso e que não fazem o debate de ideias são “melhor” aceitas. Quando há um debate entre vereadores homens a postura é diferente, sempre que uma mulher “permite-se” discordar, geralmente é desqualificada, seja de forma direta ou subliminar.

Para a entrevistada Maria Goretti, as mulheres muitas vezes precisam se impor e, se preciso, falar alto para que possam ser entendidas. Elas precisam adotar posturas das quais geralmente não estão acostumadas para que a distinção por ser mulher seja amenizada. Maria Leticia diz, “Num país de base patriarcal e ainda machista a mulher sente a resistência da história”. A candidata Juçara Moro disse que a pedido de dois vereadores de grande visibilidade do PDT a convenceram a deixar a campanha dela de lado para angariar votos aos dois, pois não teria lugar pra ela dentro do partido, declaração dada em entrevista.

Tabela 10 – Percepção intrapartidária das candidatas

Candidatas	Partidos	Percepção Intrapartidária
Eleitas		
Carla Pimentel	PSC	Há distinções em todos os níveis (partido, parlamento e sociedade).
D. Lourdes	PSB	Não há distinção dentro do partido.
Professora Josete	PT	Há distinções em todos os níveis (partido, parlamento e sociedade).
Julieta Reis	DEM	Não há distinção dentro do partido e parlamento.
Noemia Rocha	PMDB	Não há distinção dentro do parlamento – não respondeu com relação ao partido.
Não eleitas		
Ana Carmen de Oliveira	PSC	Há distinção na sociedade.
Ana Tereza Motta “Tete”	PSC	Não há distinção em nenhum âmbito.
Divina Ortiliano	PV	Há distinção no parlamento.
Elaine Esmanhoto Bareta	PPS	Não há distinção por ser mulher, mas sim falta de interesse político das mulheres.
Irene Almeida	PDT	Não há distinção na sociedade.

Juliana Souza	PT	Há distinções em todos os níveis (partido, parlamento e sociedade).
Juçara Moro	PDT	
Katia Pacheco	PV	Não há distinção dentro do partido.
Maria de Fatima Saddock Pereira	PV	Não há distinção na sociedade.
Maria Goretti	PSDB	Há distinções em todos os níveis (partido, parlamento e sociedade).
Maria Leticia Fagundes	PV	Há distinções em todos os níveis (partido, parlamento e sociedade).

De acordo com a ideologia partidária das candidatas, nessa relação entre mulheres e partido político não existe distinção de ideologias nas respostas até agora dadas. As opiniões estão polarizadas e nesse sentido não é possível identificar se há identidade de partido nas respostas. A maioria concorda que a diferenciação existe, mas nem todas deixam claro o pensamento político partidário na questão. Com exceção as candidatas de esquerda que, como esperado, deixam claro seu ponto de vista e assim é possível ligar um ao outro.

Quando perguntado sobre qual a opinião da política de ações afirmativas (cotas), três das entrevistadas se manifestaram desfavoráveis à política. Maria Leticia explica que as cotas impulsionam o número de candidatas, mas ao mesmo tempo faz surgir às candidatas “laranjas”. O que de fato precisa ser analisado com cuidado, visto que o número de mulheres concorrendo é grande, porém o número de eleitas é baixíssimo, talvez isso se dê por essa justificativa da entrevistada. Noemia Rocha e Ana Carmen concordam que a política é favorável, porém ela precisa de prazo para terminar. Julieta Reis defende, mas no sentido de que “... nenhuma mulher pode dizer que não pôde ser candidata por falta de vagas na lista partidária. A garantia existe”.

Já para as demais candidatas a aplicação da ação afirmativa se faz necessária, pois seria uma maneira de oportunizar a participação política de mulheres. De acordo com a Vereadora Professora Josete:

(...) ações afirmativas não quer dizer ampliar direitos para um determinado grupo ou segmento social (privilegio), mas sim corrigir as distorções existentes no acesso aos direitos já existentes. No que diz respeito às cotas de gênero elas são muito importantes, mas representam apenas um primeiro passo, para garantir o empoderamento das mulheres há necessidade de outras ações simultâneas porque a simples equiparação numérica não significa conquista de igualdade de condições.

Na entrevista com a Vereadora Carla Pimentel, ela falou de um projeto que está tramitando na Casa que é a *Procuradoria da Mulher* em conjunto com o Governo Federal e do Estado, no qual a intenção do projeto é o de garantir também as cotas dentro do poder público. Para Carla, sem essas cotas para os partidos muitos deles nem daria espaço às mulheres. A maioria das entrevistadas concorda que as cotas favorecem, porém reformas precisam ser feitas, de acordo com o projeto da *Procuradoria da Mulher* o espaço destinado às mulheres seria garantido também dentro do setor público, assim haveria um espaço reservado dentro dos cargos também aumentando a esfera de atuação política do gênero. A candidata Juliana Souza e a Vereadora Noemia defendem o sistema de lista com alternância de sexo.

Tabela 11 – Percepção das candidatas sobre as cotas

Candidatas	Partidos	Percepção sobre as cotas
Eleitas		
Carla Pimentel	PSC	Favoráveis e necessárias.
D. Lourdes	PSB	Favorável, mas com período de “validade”.
Professora Josete	PT	Favoráveis e necessárias.
Julieta Reis	DEM	Favorável para garantir as vagas.
Noemia Rocha	PMDB	Não disse ser favorável ou não, apenas que deveria haver alternância de nomes na lista partidária.
Não eleitas		
Ana Carmen de Oliveira	PSC	Favorável, mas com período de “validade”.
Ana Tereza Motta “Tete”	PSC	Favorável.
Divina Ortiliano	PV	Favorável.
Elaine Esmanhoto Bareta	PPS	Não favorável, pois os partidos recrutam mulheres apenas para preencher número.
Irene Almeida	PDT	Não favorável, pois deve haver igualdade entre os sexos.
Juliana Souza	PT	Favoráveis e necessárias.
Juçara Moro	PDT	
Katia Pacheco	PV	Favorável.
Maria de Fatima Saddock Pereira	PV	Não favorável, pois deve haver igualdade entre os sexos.
Maria Goretti	PSDB	Não disse ser favorável ou não, apenas que deveria haver alternância de nomes na lista partidária.
Maria Leticia Fagundes	PV	Não favorável, pois deve haver igualdade entre os sexos.

É importante neste momento salientar um aspecto da pesquisa. Encontrou-se muita dificuldade em entrevistar as candidatas e vereadoras, por isso a entrevista

precisou ser aberta a todas as candidatas que pudessem colaborar. Dada esta dificuldade foi inserida uma questão para saber se haveria algum motivo específico. Duas destinavam esse efeito às “candidatas laranja” as outras não souberam opinar.

A Vereadora Carla, no caso das eleitas, acredita que essa dificuldade se dê pela falta de disponibilidade na agenda e pelo período eleitoral de 2014 que se inicia. Quanto as não eleitas, ela considera que muitas,

...param a vida delas por três meses para se dedicar à campanha, a candidata se endivida na maioria das vezes e depois fica com contas para pagar, filhos para administrar, família pressionando por que não se elegeu. Então ela tem esse dissabor, até porque ninguém expõe a elas o que pode acontecer no decorrer da campanha, muitas entram de maneira muito sonhadora. Aí que elas se frustram e não querem saber de política mais.

A entrevista, apesar de contemplar poucas candidatas não eleitas, ajudou a entender um pouco mais de acordo com as opiniões expressadas. Pudemos identificar grande apelo de uma abertura política às mulheres, tanto as candidatas quanto as vereadoras sentem isso no seu dia-a-dia político. Corroborando com o problema apresentado na pesquisa, de que há baixa taxa de sucesso eleitoral/político feminino.

Todas as candidatas, eleitas e não eleitas, entrevistadas nesta pesquisa colaboraram expondo seus pontos de vista em relação à mulher na política, todas as opiniões são válidas, porém somente os trechos de algumas foram transcritos por motivo de terem sido melhores esclarecidas. Foi possível observar que essa ligação de mulher e participação política é bem dividida até mesmo para as que estão envolvidas nesse âmbito.

Considerações finais:

A participação feminina na política é historicamente baixa e mesmo com as políticas de ações afirmativas, como a Lei das Eleições que prevê o mínimo de 30% de candidaturas para cada sexo, esse número não chega nem perto da representação

efetiva de mulheres nas Câmaras. Desta forma, o presente trabalho examinou alguns aspectos da relação entre mulheres e a política, tomando como caso específico as eleições proporcionais de Curitiba em 2012.

Como se pode notar após breve exposição feita no decorrer do texto, há distinções de sexo na política brasileira e a pesquisa ampliou a compreensão do problema apresentado no início. Apesar de alguns discursos dados durante as entrevistas de que as vagas estão disponíveis para quem quiser, nota-se que o preconceito é ainda uma barreira na inserção feminina na política, e mesmo que as vagas dentro dos partidos estejam garantidas pela Lei a baixa taxa de sucesso eleitoral ainda precisa de explicações. Desta forma, é possível dizer que o espaço político ainda é legitimado pela desigualdade e é possível notar isso nos discursos da maioria das entrevistadas. O espaço da mulher ainda está condicionado ao papel privado, tradicional – esposa, mãe, dona de casa. Mesmo com as mudanças culturais, sociais e políticas que têm ocorrido no Brasil.

Das variáveis testadas para o caso curitibano, a mais plausível foi em relação à escolarização da mulher, da autora Avelar (1996). De todas as candidatas entrevistadas 90% possuem ensino superior completo/incompleto, o que para a autora é um fator determinante que facilita a inserção feminina na política. Pois estas têm maior acesso à informação e conseqüentemente ascensão cultural. Entretanto uma variável que não foi observada por nenhum dos principais autores é a importância da participação em movimentos sociais para a inserção da mulher na política e, como se constatou aqui, este é um importante capital político para aquelas que têm interesse em ingressar na vida pública.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. O avanço das mulheres nas eleições de 2012 e o déficit democrático de gênero. 2012. 12 f. Artigo. Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE. Disponível em: <http://www.sst.sc.gov.br/conselhos/cedim/o-avanco-das-mulheres-eleicoes.pdf>. Acesso em: 24 set. 2013.

AVELAR, L. Mulheres na Elite Política Brasileira: canais de acesso ao poder. 6. Ed. São Paulo: Centro de Estudos Konrad-Adenauer-Stiftung, 1996.

AVELAR, L. O Segundo Eleitorado: Tendências do voto feminino. 2. Ed. Campinas: Editora Unicamp, 1989.

ARAÚJO, C; ALVES, J. E. D. **Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com a cotas.** DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 50, nº 3, 2007, PP. 535 a 577. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-5258200700300004>
Acesso em: 8 nov. 2013

ARAÚJO, C. **Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil.** Revista Estudos Feministas, nº Especial. Rio de Janeiro: CIEC/UFRJ, 1994, PP. 247 a 255. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/08052013-031053mulheres-e-representacao-politica.pdf>
Acesso em: 13 nov. 2013

ARAÚJO, C. **Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política.** Revista Sociologia Política, Curitiba, 24, PP 193 a 215, jun. 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782005000100013>
Acesso em: 13 nov. 2013

ARAÚJO, C. R. P.; JORDÃO, F., ALVES, J. E. D. **MULHERES NAS ELEIÇÕES 2010** – Primeira edição, 2012, Rio de Janeiro, Brasil. Associação Brasileira de Ciência Política/Secretaria de Políticas para as Mulheres. ISBN 978-85-66557-00-89. Disponível em: < <http://nupps.usp.br/downloads/livros/mulheresnaseleicoes.pdf> >
Acesso em: abr.2014

BATISTA, V. Mulheres no poder. **Correio Brasiliense**, Brasília, 28/10/2013, P. 07.

BIROLI, F. **Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos.** Cadernos Pagu (34), Campinas, janeiro-junho 2010: 269-299. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332010000100011> > Acesso em: 24 set. 2013.

CERVI, E.; COLOMBO, R. **Quem manda no voto em Curitiba? Uma análise do desempenho eleitoral dos candidatos à prefeitura da cidade em Curitiba.** Paraná Eleitoral. V. 2. PP. 7 – 34. Disponível em:

<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pr-parana-eleitoral-2013-volume-2-revista-1-artigo-1-emerson-urizzi-cervi>

Acesso em: 15. Mai. 2014.

CERVI, E.; **Doações de campanha e desempenho eleitoral: Uma análise comparativa sobre as eleições para prefeitos de capitais brasileiras em 2008 e 2012.** Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR | Vol. 1 – n. 1 – 2013. Pp. 26 – 54. Disponível em: <http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/8/4> Acesso em: mar.2014.

CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria. **As mulheres nas Câmaras de Vereadores das capitais brasileiras em 2008 e 2012.** 29. Out. 2009. Disponível em: http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3796:as-mulheres-nas-camaras-de-veredores-das-capitais-brasileiras-em-2008-e-2012&catid=212:artigos-e-textos&Itemid=146 Acesso em: jan. 2014.

CODATO, A.; CERVI, E.; PERISSINOTO, R.; **Quem se elege prefeito no Brasil? Condicionantes do sucesso eleitoral em 2012.** Cadernos Adenauer XIV (2013) Nº2. Pp. 61 – 84. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/10387-1442-5-30.pdf> Acesso em: 03. Mai. 2014.

D'ALKMIN, S. M. **A conquista do voto feminino no Brasil.** ETIC – Encontro de Iniciação Científica – ISSN 21-76-8498, Vol. 2, nº 2 (2006). Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1219/1193> Acesso em: 12 nov. 2013

IBOPE e Instituto Patrícia Galvão. **MAIS MULHERES NA POLÍTICA.** 2013. Disponível em: http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/pesquisas/mais_mulheres_politica.pdf Acesso em: 16 nov. 2013

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBOPE. Tabela 01 – **Produto Interno Bruto das Grandes Regiões e Unidades da Federação** – 2002 – 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/default_xls_2002_zip.shtm Acesso em: 24 out. 2013

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES. **Produto Interno Bruto – 2010.** http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/tab_pib_01.pdf 10/04/2014. Acesso em: 10. Abr. 2014.

KRISCHKE, P. J. **A cultura política em Porto Alegre e Curitiba: democracia, modernização e o conteúdo da razão política.** Sociedade e Estado, Brasília, v. 20, n° 1, pp. 39-71, jan./abr. 2005. Disponível em: http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/63/20080624_politicos_partidos_sistemas.pdf Acesso em: fev. 2014.

LIMONGI, F.; MESQUITA, L. **Estratégia partidária e preferência dos eleitores. As eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004.** Novos Estudos – CEBRAP. N° 81. São Paulo, jul. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002008000200006> Acesso em: jan. 2014.

MAINWARING, S. **Políticos, partidos e sistemas eleitorais: O Brasil numa perspectiva comparativa.** Tradução: Otacílio F. Nunes Jr. NOVOS ESTUDOS N° 29 - MARÇO DE 1991. pp. 34 – 58. Disponível em: http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/63/20080624_politicos_partidos_sistemas.pdf Acesso em: mai. 2014.

MIGUEL, L. F. QUEIROZ, C. M. **Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil.** Estudos Feministas. Florianópolis, 14(2): 248, maio-agosto/2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n2/a03v14n2.pdf>

OLIVEIRA, R. C. **Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007.** Sociologias, Porto Alegre, ano 9, N° 18, jun./dez. 2007, pp. 150-169. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222007000200008> Acesso em: mai. 2014.

PANKE, L., CERVI, E. **Eleições nas capitais brasileiras em 2012: um estudos sobre o HGPE em disputas municipais** / Luciana Panke e Emerson U. Cervi (organizadores). Independente. Curitiba: Pós-graduação em Comunicação e Pós-graduação em Ciência Política – Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2013. 110 p. Edição 1. E-book Versão PDF. Disponível em: <http://issuu.com/lupanke/docs/hgpe2012> Acesso em: mai.2014.

PEDRO, J. M.; WOLFF, C. S. **Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris.** ArtCultura, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 55-69, jan.-jun. 2007.

PERISSINOTO, R.; COSTA, L. D.; TRIBESS, C.. **Origem social dos parlamentares paranaenses (1995-2006): alguns achados e algumas questões de pesquisa.** [2014-06-18],pp.280-313. Disponível em: <

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000200011&lng=e&nrm=iso >. ISSN 1517-4522 >. Acesso em: 02. Jun. 2014.

PINTO, C. R. J. **Feminismo, história e poder.** Revista de Sociologia e Política. V. 18, nº 36: 15-23 jun. 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf> > Acesso em: 6 set. 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Ranking IDHM Unidades da Federação 2010.** Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-UF-2010.aspx> > Acesso em: 25 out. 2013.

REHBEIN, M., P. **Curitiba – 50 anos de eleições municipais – As forças políticas que nas democracias e no governo militar disputam o poder o poder.** Curitiba: Departamento de Ciências Sociais Curso de Pós-graduação. Mestrado em sociologia – Núcleo Instituições e Poder. 403 p. Disponível em: [http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/21454/REHBEIN,%20MAUR%20PIOLI%20\(Correto\).pdf?sequence=1](http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/21454/REHBEIN,%20MAUR%20PIOLI%20(Correto).pdf?sequence=1) Acesso em: fev. 2014.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologia e composição social.** Ver. Brasileira de Ciência Sociais. Vol 17, nº 48. São Paulo. Fev. 2002. ISSN 0102-6909. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092002000100004> Acesso em: jun. 2014.

SACHETT, T.; SPECK, B. W. **Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006.** Opinião Pública, Campinas, vol. 18, Nº 1, jun. 2012. Pp. 117 – 197. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v18n1/v18n1a09> Acesso em: dez.2013.

SÁEZ, M., A.; FREIDENBERG, F. **Partidos políticos na América Latina.** OPINIÃO PÚBLICA [online], Campinas, Vol. VIII, nº2, 2002, pp.137-157. ISSN 0104-6276. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762002000200001&lng=pt&nrm=iso Acesso em: mar. 2014.

SANTOS, M. H.; AMÂNCIO, L. **Resistências à Igualdade de Gênero na Política.** ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa – CIS. Ex aequo, nº 25, 2012, PP. 45-58. Disponível em: < http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S0874-55602012000100005&script=sci_arttext > Acesso em: 5 set. 2013.